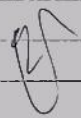
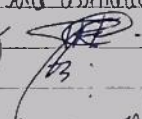


afirmação tal matéria não foi prevista tal manifestação, visto que foi esquecido que muitas famílias dependiam daquele trabalho. Continuando, falou da necessidade de se encontrar uma saída para tal sistema de trabalho, afirmando que o mesmo fosse regulamentado. Deante, enfatizou que na administração que os sindicatos foram aliados, isto que com frequência eram empenhados e falou que tais profissionais eram o lado de mais fraco da "cadeia". Em seguida, solidificou-se com os manifestantes enfatizando seu apoio e declarando que na sua opinião que o Poder Legislativo com seu espírito pautado deveria levar uma proposta conclusória na qual todos pudessem sair ganhando, no que encimou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício encorajou a presente sessão em nome de Deus. E para combater mundanos que se lanceem a presente. Ora, que depois de lida, submetida a apreciação da Comissão, Afavorada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

1
1
2



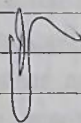
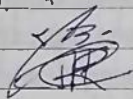
Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Porto Alegre, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de outubro do ano de 2002 (dois mil e dois).

Os dezto horas do dia 24 (vinte e quatro) de outubro do ano de 2002 (dois mil e dois), sob a Presidência em exercício do Senhor Eduardo Cunha Neto, com a comparecimento de número regimental pelo Senhor Presidente Municipal de Porto Alegre, reuniram-se ordinariamente a Comissão Municipal de Porto Alegre. Os membros, responderam a chamada regimental os seguintes Senhores: Antônio Antônio Guimarães, Sérgio, filhos do Senhor Antônio, foi Eduardo Neto de Almeida, Luiz Carlos Lobo e Paulo Cesar da Silva Almeida não havendo número regimental o Senhor Presidente em exercício de acordo com os preceitos regimentais colocou sobre a mesa leitura em discussão as seguintes Atas: Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Porto Alegre e Ata de Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Porto Alegre não havendo discussão dos referidos Atas foram colocadas em apreciação sendo Afavoradas por unanimidade não havendo número regimental para

no mercado que tinha exigido uma autonomia, uma placa amarela de táxi. Então, faltou a requir que uma das viúvas e Senhora Elizabeth Conzoli de Oliveira, viúva do Senhor Nereodino Aguiar, ela não dirige, presunva sendo o pai para poder investir na educação dos três filhos e montar um negócio para continuar a sua vida, e que o mesmo havia perdido o único bem deixado de herança pelo falecido marido. Disse a requir que tal infâmia estavam expostos todos os taxistas de São Paulo, e mais, que tal engenharia montada foi copiada do grande Portugal que tinham um sistema diferente adaptado a sua realidade. Com a criação do Projeto de Lei 241/2008, o Senado disse que o mesmo não atendia os anseios da categoria de táxis e deveria ser revisto, e mais, disse que o elenco político tinha que enfrentar não só a pressão dos trabalhadores de táxi, mas também a pressão dos taxistas que não aceitavam a imposição de tal lei sob pena de serem tratados à condição de desempregados. Adiante, comentou sobre a necessidade de se encontrada solução junto a todos os segmentos sociais, destacando que o que levou a criação e os debates e tais profissionais merecem ser respeitados. A requir, requir a criação de um fórum de negociação, e ressaltou que estava em busca de que somente através da intervenção política chegaria-se a um denominador comum, no que enunciar sua fala. Não havendo mais discussões em torno do uso da tribuna, o Senhor Presidente em exercício após a suspensão de "quorum" comentou não haver número regimental para deliberação de matéria no segmento dedicado a Ordem do Dia e franqueou a requir a tribuna para o Expediente Pessoal. Ocupou o Sr. Senador em Explicação Pessoal, o Senador Paulo Sérgio que inicialmente disse que na sessão anterior foi muito claro em relação a sua posição quanto ao Projeto de Lei 41/2008, como também quanto a matérias sociais que não atingindo o novo subtema. Disse ainda, que o referido projeto de lei fora enviado ao Conselho Regulatório pelo Senhor Olavo Souza para apreciação e colação. Adiante, disse que já em reunião em Cabo Frio, os projetos foram encaminhados à Casa Legislativa e bem impostos à Comissão Governativa, bem como a sociedade, eufemismo. Disse ainda, que não haviam pensado em momento algum nos diversos trabalhadores do segmento a serem afetados, mas apenas em cumprir o acordo com a Empresa de transporte que decidira a concessão para atuar em tal área durante cinco e seis anos em Cabo Frio, e foi colocado em segundo plano o trabalho alternativo que já vinha funcionando em diversos municípios. Adiante, disse que os taxistas estu-

com inatendidos com tal modo que não fez ao "apagar dos livros", e não mandado
 para a Casa Legislativa em uma das mãos, e mais, que não embuteu no mesmo os
 Artigos 58 e 59 sem durar muito para discussões o problema da Campanha elei-
 tiva. Inconspicuo, teve comentários quando os integrantes a que estavam expostos
 os profissionais desempregados que tinham como alvos o trabalho alternativo, e ain-
 da, de vez que os mesmos sustentavam a todos os que fazem "pequeno curso" e
~~o trabalho~~ ~~que~~ ~~os~~ ~~que~~ ~~não~~ ~~teriam~~ ~~cooperativa~~ ~~ou~~ ~~organização~~ ~~para~~
 o trabalho tão pouco para realizá-lo. Disse também que algumas pessoas es-
 tavam enriquecendo ilustemente sem trabalhar, que achavam-se bons adminis-
 tradores. Adiante, afirmou que o marido achava que o marido dele era um bom
 administrador para uma conta do estacionamento, porém como o curso não
 também na competente e bom administrador do mercado da cidade, e ainda,
 também alguns amigos eram auto-suficientes para fazer as diversas empreitadas
 exigidas e realizadas, disse ainda: "Então, eles estão num patamar que se com-
 duzem inatendidos. Para ele um trabalhador que ainda não, que trabalha com
 intuição, que com alguns amigos do sustento da família, não apenas através de
 todos os pequenos como eles têm e passam na barba de todo mundo em idade
 durante todos os dias. Em suas mãos, seus cursos empolgados, em seus apartamen-
 tos no bairro do meio. Não tem um empresário da construção civil hoje em dia
 no Rio que construa um prédio, que eles ou três apartamentos não tenham que
 se doados para o rodar público. Não tem um dono de posto de gasolina que queira
 instalar o gás que não tenha que deixar a sua contribuição para o rodar
 público. Não tem uma empresa de telefonia que não tenha que deixar a sua
 contribuição para o rodar público." Quanto à população caboclinx, o Grada
 disse que o Prefeito estava se esquecendo da mesma, visto que o povo carece de
 um atendimento médico decente, escolas adequadas, esportes, educação pública, me-
 dicamentos nos postos para serem doados e nada foi feito pelo pessoal, e ainda,
 que a preocupação atual era somente quanto a questão de deposição do lixo, em
 vez de que não empregados uma verdadeira política na campanha eleitoral para
 a região, que a atenção especial com a empresa de ônibus era uma forma de retribuir o
 serviço que a mesma fazia com a campanha eleitoral. Quando enfatizou pe-
 aos que estavam presentes, quevidamente, fuzis à Casa Legislativa pelo apoio da
 região, a sustentação que possuiu das coisas que tal modo se chegou ao Legislativo, para

para a Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado, retornou ao Senado, foi para a Comissão de Obras e Serviços Públicos, foi aprovado, e encontrava-se na redação final, era que o Prefeito não tinha mais nada a pôr em que o Prefeito Municipal enviou à Câmara uma outra redação solicitando revisão do Projeto de Lei, o que não poderia ser feito de outra forma em decorrência de que o mesmo já havia sido aprovado. Encerrou seu fala, afirmando que o Executivo Municipal deveria providenciar meios para viabilizar a mudança do estado do Projeto de Lei visando o bem de todos. Nas palavras mais claras para o uso do tributo na Exploração Mineral, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para encerrar, mandou que se lances a presente Ata que depois de lida, submetida a Approvação Senadora, Aprovada, em sessão para que produza seus efeitos legais. x



Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de São João, realizada no dia 29 (vinte e nove) de outubro do ano de 2002 (dois mil e dois).

Os fatos ocorridos no dia 29 (vinte e nove) de outubro do ano de 2002 (dois mil e dois), sob a presidência em exercício do Senhor Eduardo Costa Neto e com a participação da primeira Sessão pelo Senhor Fernando Ferreira da Fonseca, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de São João. Após isso, responderam a chamada regimental os seguintes Senhores: Augusto Silva da Rocha, Antônio Carlos de Passalho Andrade, Augusto Volcilio da Costa de Passalho, Emanuel Fernandes Faria da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Bezerra, Manoel dos Santos Mendes, José Eduardo Neto de Almeida, Paulo Roberto Gomes Almeida, Rui do Machado de Faria, Elias Rodrigues Simão e Volcy Rodrigues do Silva. Encerrou número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguiu-se lida e aprovada a presente Ata. Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. E se quis, o Senhor Presidente em exercício após o cumprimento do rito regimental de